

Resoluções aprovadas no 9º Congresso Estadual do Sintrajud

I) Resoluções de Conjuntura:

1. O sindicato deve ter uma prática sindicalista classista, democrática e de massas;
2. Deve ser feita oposição ao bolsonarismo, à extrema direita, e direita clássica ao neoliberalismo;
3. Revogação da emenda constitucional 95 para garantir nossa valorização salarial e a defesa dos serviços públicos;
4. Lutar pela revogação das reformas da previdência de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, contra qualquer contribuição previdenciária de aposentados;
5. A despeito de parecer dos companheiros que integram o nosso grupo de debates acharem que a revogação das reformas previdenciárias e a trabalhista sejam de difícil consecução, devemos lutar para que as revogações sejam conseguidas assim como fizemos em lutas anteriores;
6. Não ao “teto” de gastos e sua continuidade no “calabouço” fiscal de Lula/Alckmin: garantir a independência do Sintrajud frente ao governo e partidos assim como a administração de tribunais e patrões;
7. Contra o "novo arcabouço fiscal" e pela imediata revogação do "teto de gastos". O governo Lula/Alckmin, por meio do ministro Haddad, apresentou a proposta de um "novo arcabouço fiscal", para substituir o "teto de gastos" de Temer (EC 95/2016), aprofundado sob Bolsonaro. Embora a revogação do teto tenha sido colocada durante a campanha eleitoral, o já apelidado "calabouço" não passa de uma nova versão reciclada do teto. Se por um lado flexibiliza um pouco o teto, com as estreitas "bandas", por outro insere outros elementos de restrição à despesa primária, e mantém a lógica de submissão dos serviços públicos à política fiscal de austeridade e ampliação do financiamento da dívida pública, sob o "mantra" do superávit primário. Projeções de economistas já demonstram que se tivesse vigorado no período anterior, o "novo teto" teria reduzido drasticamente a capacidade de investimento do estado, em relação ao efetivado. Convém destacar que o teto de gastos sempre foi insustentável, e foi descumprido durante quase todo o período. A exceção foi em relação aos investimentos e serviços públicos. É mentira que há ou haverá sem o "teto" um descontrole das contas públicas. É preciso expor essa farsa, e não basta "flexibilizá-lo". Por isso, defendemos a rejeição do "novo arcabouço fiscal" e a revogação da EC 95 e suas alterações;
8. Pela revogação das contrarreformas. As reformas trabalhista e previdenciária aprovadas nos últimos anos foram graves ataques aos direitos da classe trabalhadora, nos setores público e privado. Apesar da derrota eleitoral de Bolsonaro, não houve um compromisso do novo governo com as suas revogações. A mera sinalização de flexibilização de pontos da reforma trabalhista no ano passado durou pouco e logo foi objeto de recuo. Aliás, desde a Constituição de 1988, as contrarreformas que retiraram direitos nunca foram revertidas pelos governos que se sucederam, ora sob o pretexto da desfavorável "correlação de forças", ora sob a assimilação às suas diretrizes ou a simples aceitação ou concordância. Apesar da gravidade, essas reformas aprofundaram a lógica daquelas patrocinadas nos governos anteriores, sob um "consenso" construído em torno das diretrizes gerais da política econômica implementada desde os anos 1990, e passando por todos os governos, ainda que em variados graus. Não basta suspender os ataques em curso. Por isso, precisamos exigir a revogação das reformas trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro (EC 103/2019), além das anteriores, com destaque para a perversa taxação dos inativos implementada na reforma de Lula (EC 41/2003);
9. Pela taxação de lucros, grandes heranças e grandes fortunas; correção da tabela do

imposto de renda pela inflação acumulada. As propostas de reforma tributária em discussão nos últimos anos não enfrentam as questões de fundo do distorcido e regressivo sistema tributário brasileiro. E isso não é à toa, na medida em que grandes interesses econômicos são largamente beneficiados por essa lógica. Os pobres e assalariados pagam muito mais impostos proporcionalmente às suas rendas. A taxação de lucros, dividendos e de grandes fortunas (está prevista na Constituição, mas nunca efetivada) é medida que se impõe, para que se vislumbre um mínimo de Justiça tributária, além de uma progressividade que de fato distingue os ricos do conjunto da população trabalhadora. A defasagem da tabela do imposto de renda é mais uma forma de achatar os salários e transferir indiretamente a renda dos trabalhadores. A atual defasagem, pela inflação, gira em torno de 150%. A recente medida anunciada pelo governo Lula/Alckmin está absolutamente aquém da necessidade e não altera esse quadro. Para a categoria, a medida provisória significou uma redução pífia de R\$ 15,60. E ademais, tendo em vista a situação geral da classe trabalhadora no Brasil, é inaceitável que um salário insuficiente para sustentar de forma minimamente digna uma família seja taxado pelo imposto de renda, ao mesmo tempo em que haja isenção sobre lucros. Também é preciso reverter a política de generosos subsídios concedidos a grandes empresas e conglomerados, que sequer foram indiciados a reais contrapartidas na forma de emprego e renda aos trabalhadores. Isso distorce ainda mais a estrutura tributária. Por isso, defendemos a correção da tabela do imposto de renda pela inflação acumulada, a redução da taxação sobre a renda do trabalho, e a progressividade da tributação, com a taxação de lucros, dividendos e das grandes fortunas;

10. Data-base com revisão geral anual, negociação coletiva e reafirmação do direito de greve. Os trabalhadores do setor público até hoje não têm reconhecido o direito a uma data-base e a espaços reais de negociação coletiva, nos quais possam ser tratadas suas questões salariais e materiais. A convenção 151 da OIT nunca foi implementada no Brasil. A revisão geral anual, embora expressamente assegurada na Constituição, nunca foi cumprida, e não são admitidos instrumentos jurídicos para a sua efetivação. Todas as conquistas, e muitas vezes mesmo a simples abertura de negociações, sempre foram resultado de muita luta e pressão do funcionalismo mobilizado e organizado. As reposições salariais havidas sempre dependeram de reestruturações de carreira, o que também é estratégia de governos para dividir as categorias nas campanhas salariais. O direito de greve, também previsto constitucionalmente, também tem sido alvo de duros ataques de todos os poderes, com medidas arbitrárias de repressão e retaliação as mais variadas, muitas das quais no sentido de inviabilizar e esvaziar o próprio direito como tal. Essa realidade perpassou todos os governos, indistintamente. Por isso, exigimos o respeito à revisão geral anual, com reposição das perdas inflacionárias em relação a remunerações e benefícios, sem prejuízo das especificidades de cada carreira; o direito a uma data-base e à negociação coletiva, cuja regulamentação deve ser debatida e construída pelos trabalhadores do setor público; e o pleno exercício do direito de greve, sem restrições e baseado na auto-organização dos trabalhadores;
11. Barrar qualquer reforma administrativa que precarize serviços públicos. Em defesa do regime jurídico único e das carreiras públicas como meio de prestação do serviço público;
12. Pela revogação do novo ensino médio e contra qualquer retrocesso na educação pública;
13. Contra o desmonte da Justiça do Trabalho;
14. Arquivamento da PEC 32; DEBATE SOBRE PRESSUPOSTOS DE ANÁLISE DE CONJUNTURA E RENOVAÇÃO DA PRÁTICA SINDICAL. Realizar debate sobre Pressupostos de Análise de Conjuntura e necessidade de renovação da prática sindical

- (como parte das atividades de formação política do SINTRAJUD);
15. EMERGÊNCIA DO PODER POPULAR. Decisões sobre “políticas públicas” passam a deliberação direta das trabalhadoras e trabalhadores. Criação de conselhos nacionais de professores, de profissionais de saúde e profissionais do sistema de transporte que decidirão sobre as ações nesses setores. Modificações constitucionais propostas pelo Congresso Nacional devem ser ratificadas ou recusadas por plebiscito. Salários de deputados, juízes e outros funcionários públicos de alto escalão indexados aos salários de professores e enfermeiros do sistema público;
 16. CLASSE TRABALHADORA COMO CLASSE DIRIGENTE. Setores considerados estratégicos para a economia nacional devem passar a autogestão das trabalhadoras e trabalhadores, todas as empresas de médio e grande porte devem ter, ao menos, 30% de seus conselhos deliberativos compostos por trabalhadores e trabalhadoras escolhidos pelos próprios e pelas próprias. Empresas que passarem a autogestão dos trabalhadores serão integralmente isentas de impostos por quinze anos;
 17. ESTADO ECONÔMICO IGUALITÁRIO. Estabelecimento de salário máximo, - que inclua todos os outros rendimentos - , a começar pela aplicação do salário-mínimo da DIEESE para todos os trabalhadores (as). Limitação da diferença entre maior e menor salário, tendo como parâmetro a proporcionalidade e razoabilidade em relação ao conjunto da classe trabalhadora. Transferência da taxaço sobre consumo para taxaço sobre renda. Criação de remuneração para trabalho doméstico, trabalhadores, mães e cuidadoras e uso do tempo de trabalho doméstico no cômputo do tempo de aposentadoria e salário-mínimo do DIEESE para homens e mulheres;
 18. ESTADO PARITÁRIO. Todas as instâncias decisórias do Estado federal (Congresso, STF, tribunais, órgãos colegiados, partidos políticos, cargos públicos) devem respeitar uma estrutura paritária entre gêneros. Tal paridade deve levar em conta a proporcionalidade de raça;
 19. Todas as instâncias decisórias do Estado federal (Congresso, STF, tribunais, órgãos colegiados, partidos políticos, cargos públicos) devem respeitar uma estrutura paritária entre gêneros. Tal paridade deve levar em conta a proporcionalidade de raça;
 20. NÃO MAIS EMPREGOS DE MISÉRIA. Redução da jornada de trabalho para 35 horas sem redução de salários. Regulamentação do trabalho uberizado e em plataformas através da ampliação e reconhecimento dos direitos do trabalho. Fim do trabalho informal: nenhum trabalho sem direitos. Fim do trabalho intermitente, que faz com que uma parcela crescente da classe trabalhadora não tenha a menor garantia de recebimento constante de salário e de direitos. Implementação imediata de uma renda básica equivalente ao salário mínimo e estabelecimento de uma política para sua valorização a partir dos cálculos do Dieese. Revogação de todas as contrarreformas desde o governo Temer;
 21. FIM DA GESTÃO ECONÔMICA NEOLIBERAL. Diversificação dos objetivos da política econômica, com inclusão de objetivos de crescimento sustentável, geração de empregos e redução das desigualdades sociais, ao lado do controle da inflação; impedimento aos juros excessivamente altos e ao câmbio sobre apreciado; democratização e diversificação dos atores sociais na elaboração da política econômica; incentivo à criação da capacidade coletiva de planejamento, com destaque para as políticas industrial, regional e de ciência e tecnologia. Industrialização a partir do desenvolvimento de capacidade em setores verdes e de maior intensidade de tecnologia e conhecimento;
 22. DECLARAÇÃO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA. Fim do uso de energia fóssil (petróleo, carvão, gás) em dez anos e substituição por energias renováveis de baixo impacto para as comunidades. Proceder à suspensão imediata, na base de dados do Cadastro (SICAR), dos registros sobrepostos às áreas de florestas públicas (unidades de conservação, terras indígenas, florestas públicas não destinadas etc.) listadas no

- Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) do Serviço Florestal Brasileiro. Destinar 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável, a partir do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, a serem designadas como área protegida de uso restrito e de uso sustentável (segundo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) em regiões sob forte pressão de desmatamento, e, aumentar a porcentagem de áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente nas propriedades privadas dos biomas cerrado (de 30 para 50%). O Brasil tem 100 milhões sem coleta de esgotos (representando 47,6% da população) e somente 46% dos esgotos produzidos no país são tratados, além de 3 mil lixões, com brutal impacto ecológico. Criação de uma política vinculante e com metas para eliminar tais realidades em dez anos;
23. DECOMPOSIÇÃO DO ESTADO DA MORTE. Fim da polícia militar e da justiça militar, fim do encarceramento por tráfico de drogas e furtos, afastamento de todo policial acusado de tortura, revogação da Lei de anistia e julgamento de militares, empresários e civis envolvidos em terrorismo de estado e financiamento de aparatos de tortura. Fim da obrigatoriedade de serviço militar. Fim do excludente de ilicitude e da prisão por desacato à autoridade; câmeras para cada policial; reestatização ou encampação dos presídios privados/terceirizados. Criação de museu para a memória com o objetivo de dar visibilidade às violações aos direitos humanos praticados pelo Estado durante o período da ditadura civil-militar. Acesso irrestrito a documentos do governo por parte de toda cidadã e cidadão, salvo processos que correm em segredo de justiça;
 24. LUTA CONTRA O CONTROLE DOS CORPOS. Legalização do aborto, casamento igualitário, reconhecimento jurídico de formas múltiplas de relações afetivas, obrigatoriedade de uma delegacia da mulher por município e funcionando 24 horas/dia; ampliação da rede de proteção e acolhimento para as vítimas de violência doméstica e seus filhos;
 25. CULTURA COMO SETOR ESTRATÉGICO. Compreender e estimular o papel civilizacional da arte e da cultura e a potencialidade emancipadora que elas contêm. Nesse sentido, algumas ações imediatas serão estimuladas. Fortalecimento dos Fundos de Cultura, geridos por Conselhos Populares deliberativos, com editais, leis e programas transparentes e desburocratizados. Piso mínimo de 2% para o orçamento da cultura em âmbito federal, 1,5% nos estados e 1% nos municípios. Redução do percentual de desconto de impostos das empresas “patrocinadoras” e diminuição da importância da renúncia fiscal em favor de investimentos diretos, descentralizados e transparentes da verba pública para o conjunto dos setores culturais e artísticos (fortalecimento dos Fundos de Cultura). Garantia de aposentadoria e seguro desemprego nos períodos de intermitência para trabalhadores da cultura. Criação de Escolas Federais de Artes (com atividades em diferentes linguagens artísticas) em todas as cidades de com mais de 500 mil habitantes. Radicalização do processo democrático através de mecanismos como conferências, conselhos, consultas e audiências, com poder de deliberação;
 26. EDUCAÇÃO PÚBLICA, DE QUALIDADE E DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA. Criação de imposto sobre fortunas, imposto sobre dividendos, aumento progressivo de imposto sobre heranças para até 40%, assim como imposto sobre consumo conspícuo integralmente revertido para a federalização do sistema de ensino médio, que será gratuito. Retomada do Plano Nacional de Educação e rediscussão das reformas do Ensino Médio através de Conselhos Nacionais de professoras e professores. Fortalecimento da autonomia financeira das universidades e eleições para reitores sem lista tríplice. Criação de sistema de escolas integrais vinculadas a garantia de condições materiais para a permanência de estudantes estudando em período integral. Duplicação do salário de professores do ensino fundamental e médio através da restrição do valor de salários e rendimentos do alto escalão do poder judiciário, executivo e legislativo;
 27. SAÚDE MENTAL COMO HORIZONTE DE EMANCIPAÇÃO. A saúde pública e a saúde

- mental demandam imediata aplicação de recursos e políticas públicas previstas, envolvendo os conceitos de território, rede de atenção psicossocial e cuidado. A valorização das práticas de escuta e acolhimento do sofrimento psíquico, a crítica da expansão neoliberal de diagnósticos, o fim da medicalização crônica da infância, a redução do empreitamento da saúde mental por grupos privados e religiosos, a valorização de experiências alternativas, como as brigadas de saúde mental, a valorização da formação de recursos básicos em saúde mental, em escolas e instituições compõem nossas propostas de enfrentamento da violência, da segregação e da desigualdade social como fatores de indução do sofrimento mental;
28. Em defesa do meio ambiente, pelo fim da concentração de terra, do conflito agrário e em defesa dos pequenos agricultores, indígenas e quilombolas, defendemos: – A proteção das florestas e dos povos que precisam dela para sobreviver, como é o caso de indígenas e das comunidades tradicionais. É preciso defender os povos das florestas que estão na mira dos ruralistas. – Barrar a PEC 215, que pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas do país. Não à PEC 215! Homologação, já, dos territórios indígenas e quilombolas! contra o marco temporal – Regulamentar as terras indígenas e garantir a titulação das terras quilombolas. – Punição aos assassinos e mandantes dos crimes contra os trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas. – Fim do desmatamento, em defesas da nossa fauna, flora e rios. – Revitalizar o Rio São Francisco e cessar a transposição, que busca apenas levar água aos latifundiários e repassar dinheiro público às grandes empreiteiras. – Conviver com o semiárido é a solução, basta aplicar medidas simples como o projeto apresentado pela ASA Brasil que desenvolve um programa de 1 milhão de cisternas na região seca do Nordeste e acabar com a concentração das terras nas mãos dos coronéis.– Reforma agrária; emprego, salários e direitos para operários agrícolas. – Estatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, de empresas que provocam desastres ambientais, como a Vale do Rio Doce/Samarco e a Hydro, do agronegócio e da indústria extrativista e proibição de privatização e desnacionalização da água;
 29. Investigação e prisão dos generais de alto comando das FFAA bem como civis e políticos que colaboraram que colaboraram com a tentativa golpista; - Desarmamento das narco milícias e controle do armamento dos CAC;
 30. Democratização das forças armadas (FFAA) e desmilitarização das Polícias, com direito de organização sindical e política para a tropa e praças; - Revogação do artigo 142 e entulho autoritário da Constituição; - Exigir tudo isso, sem esquecer da nossa tarefa de organizar a autodefesa nas entidades da nossa classe (sindicatos e movimentos populares);
 31. Contra todas as agressões imperialistas e massacres contra a classe trabalhadora. Diante da escala da tragédia provocada pelos conflitos em andamento, propomos: o rechaço das agressões imperialistas; a dissolução das alianças militares, tais como a OTAN e a coalizão saudita; pela restauração dos acordos de limitação de produção de armas, principalmente os que envolvem a produção de mísseis de médio e longo alcance, bem como dos armamentos nucleares estocados;pelo acolhimento e restauração da dignidade humana da classe trabalhadora deslocada e desalojada pelas ondas migratórias atuais;
 32. Todo apoio a Resistência e luta da Classe Trabalhadora e do Povo Ucrâniano!; Pelo direito do povo ucraniano se armar, independente de Zelensky e da extrema direita ucraniana e do imperialismo; Pela derrota da invasão militar russa da Ucrânia!; Pela Retirada incondicional das tropas russas de todo o território ucraniano!; Por uma Ucrânia unificada e livre da opressão russa! Pela dissolução da OTAN!; Fora as garras dos Estados Unidos, da OTAN e da União Europeia da Ucrânia! Por uma Ucrânia independente, livre e soberana, governada pelos trabalhadores, Não à entrada na

- OTAN ou na UE!; Pela organização política independente da classe operária
Ucraniana!; Contra Zelensky e a extrema direita e;
33. Pelas mentiras ocasionadas em apagar a verdadeira história seja instituído o núcleo de estudo e propagação da memória sobre crimes militares da ditadura militar no Brasil.

II) Resoluções de Opressões:

1. Sugiro que, quando se fala em racismo e exclusão de cidadãos aos direitos da cidadania e colocam que os negros são discriminados, etc... sejam incluídos os indígenas;
2. Combater o etarismo. Hoje, nas repartições, nos deparamos com colegas que nem são tão idosos, fazendo piadas sobre os funcionários com mais idade, que estamos ocupando espaço dos mais jovens, sem aceitar que hoje, com toda a informação, aprendemos todos os dias. A aceitação dos idosos deve ser uma constante no meio sindical, e ser incluída na pauta o mais breve possível na nossa entidade;
3. Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial. Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos. É preciso ainda estabelecer salário igual para trabalho igual, acabando com a indecente diferença que existe hoje. Da mesma forma, é preciso avançar com uma política de fato de reparação, com cotas nas universidades e serviços públicos. Defendemos a descriminalização das drogas. O vício e a dependência devem ser tratados como casos de saúde pública. Defendemos o fim da Polícia Militar, resquício da ditadura que ainda persiste. Pelo direito dos trabalhadores e do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações etc. Fim da lei antiterror que só visa a criminalização das lutas! Pelo livre direito de organização e luta dos trabalhadores e do povo pobre! Pela despatologização da transexualidade, sem exclusão da assistência médica medicamentosa pelo SUS por direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia. Pela vida das transexuais! Contra o genocídio indígena! Pela regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas! Fim do feminicídio e da violência contra as mulheres! Pelos direitos das mulheres! Fim de toda exploração e opressão! Abrir um debate no coletivo de mulheres do Sintrajud sobre esta lei e suas contradições com os direitos das mulheres; Justiça pelos assassinatos dos negros nas comunidades pela polícia e punição dos envolvidos em massacres. Incluir em todas as pautas de opressão, sem restringir outras novas correlações e percepções de grupos oprimidos, quais sejam: Não Brancos (Negros, indígenas, asiáticos,...), LGBTQIA+, Mulheres, PCD e Idosos;
4. Diante disso, propomos que no 10º Congresso do Sintrajud o painel de opressões seja a primeira mesa a abrir o Congresso, contemplando a centralidade necessária na luta contra as opressões;
5. Legalização do aborto, Revogação das reformas trabalhista e previdenciária, Socialização do trabalho doméstico, garantia e direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos (as) sem qualquer discriminação aos demais trabalhadores. Além disso a socialização dos trabalhos domésticos através de políticas como por exemplo refeitórios, restaurantes, lavanderias públicas. Combate à violência, Diante dos sucessivos escândalos de violência de juízes contra as mulheres, exigimos investigação e a punição exemplar dos juízes Marcos Scalécio do TRT/SP e Valmir Maurici Júnior, 5ª Vara Cível de Guarulhos/SP. Estupro, abuso sexual e agressão física são crimes e devem ser punidos com prisão, não com aposentadoria;
6. Combate ao assédio moral, sexual e institucional: Precisamos aprofundar o combate ao assédio moral e sexual, bem como ao abuso de poder. Denúncias ocorridas nos

últimos anos demonstram que ainda há muito a ser feito, pois os temas não se esgotam apenas em uma campanha e nosso esforço de combate deve ser permanente. Devemos também realizar uma campanha contra a discriminação nas indicações de cargos de confiança, para que sejam adotados critérios mais objetivos e menos subjetivos nessas nomeações, que muitas vezes discriminam negros, mulheres e LGBTQI+;

7. Lutar contra o machismo, o racismo, a homofobia, o capacitismo, etarismo e qualquer forma de preconceito e assédio no Judiciário, garantindo a participação das mulheres, negros, negras, indígenas e LGBTQIA+ nas direções da entidade.

III) Resoluções sobre Condições de Trabalho e Reorganização

1. Dar encaminhamento a tudo o quanto for necessário para viabilizar a proposta que sustenta a necessidade de revisão do paradigma do acúmulo de cargos, tornando-o o mais abrangente possível e mais próximo do texto constitucional e não das normas infraconstitucionais, as quais permitem interpretações subjetivas que são favoráveis para uns em prejuízo de outros, o que favorece assédio moral e prejudica a própria cidadania num sentido mais amplo;
2. Fim da política de metas;
3. Delimitação das atividades dos oficiais de justiça com exclusividade;
4. Propomos ao Sintrajud um amplo debate com a categoria sobre novos modelos de jornada flexível, que proporcionam qualidade de vida no trabalho, possibilitando soluções customizadas como trabalho híbrido, jornada de 4 dias e 30 horas semanais, para garantir o equilíbrio entre produtividade e qualidade de vida, mitigar os índices de adoecimento e promover bem-estar. Também propomos que seja instituída uma mesa de negociação permanente sobre condições de trabalho com os tribunais e, em nível nacional, com o comitê de eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, que é responsável pela resoluções que tratam de metas de produtividade, de padronização de processos de trabalho, lotação do quadro de pessoal, entre outras questões relevantes para obter condições de trabalho justas para a categoria;
5. Defender a reposição das perdas salariais acumuladas desde a aprovação da Lei nº 11.416/2006 (PCS 3), independentemente do reajuste atualmente em implementação, e em paralelo à luta pelo respeito à revisão geral anual e data-base;
6. Defender política permanente de atualização do valor real dos benefícios e parcelas indenizatórias, e política de recomposição anual com, pelo menos, o valor da inflação do período, mas priorizando as lutas pelo aumento no valor real como política de valorização do servidor e da carreira;
7. Defender o imediato pagamento das diferenças dos auxílios alimentação e creche reajustados neste ano retroativamente a janeiro, e nivelamento com o STF, que teve fixado valor superior que o restante do PJU;
8. Combater em todas as frentes as situações de absorção de quintos por reajuste para que toda a categoria tenha a mesma reposição salarial;
9. Luta permanente pela garantia de planos de saúde de qualidade para servidores da ativa, aposentados, pensionistas e seus dependentes, com custeio integral pelos tribunais e aumento do orçamento; cobrar das administrações estudos efetivos sobre a autogestão; sem prejuízo da defesa do SUS em unidade com outras categorias e setores da sociedade civil;
10. Defender perante os tribunais o estudo da autogestão como possível alternativa aos planos de saúde cada vez mais concentrados; inclusive com vistas à possibilidade de planos nacionais, como em outras categorias;
11. Denúncia e combate a iniciativas que visem o estabelecimento de benefícios

- diferenciados para a magistratura, como em recente decisão do CNJ que fixa um piso somente para ela; "saúde de juiz não vale mais que a de servidor";
12. Denunciar e combater o(s) projeto(s) de adicional por tempo de serviço (quinqüênios) exclusivo para magistrados e membros do MP; "se não é para todos, é privilégio". Contrapor com a bandeira da retomada do adicional para o conjunto do funcionalismo, suprimido durante o governo FHC;
 13. Defesa da Justiça do Trabalho como promotora e efetivadora dos direitos sociais fundamentais relacionados ao trabalho, bem como das demais instituições de regulação das relações de trabalho;
 14. Exigir política institucional de proteção e defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da Justiça Eleitoral contra a violência política;
 15. Combater o fechamento e extinção de unidades; combater as remoções compulsórias;
 16. Reposição de todos os cargos vagos, e criação de novos cargos conforme a demanda de trabalho em cada local; contra a normalização da carência de pessoal. Aproveitamento dos concursos em vigor e realização de novos concursos;
 17. Lutar contra a terceirização dos serviços públicos e todas as formas precárias e discricionárias de ocupação de postos no Judiciário;
 18. Dimensionar a terceirização no Judiciário; política de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas;
 19. Melhoria das Condições de Trabalho: As condições de trabalho são eixo fundamental, que passa pela garantia de infraestrutura adequada e segura, instrumentos de trabalho, redução da jornada, e combate efetivo aos assédios moral e sexual e às metas produtivistas descoladas da realidade concreta do trabalho; e aos projetos de reestruturação produtiva que visam "fazer mais com menos" à custa da saúde dos trabalhadores e da qualidade dos serviços prestados à população;
 20. Exigir que as administrações dos tribunais sejam transparentes na distribuição e equilíbrio da carga de trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras para que não haja sobrecargas;
 21. Seguir atuando pela reversão da alteração abrupta e unilateral dos regulamentos do teletrabalho, inclusive a nível nacional; por respeito, segurança e estabilidade das regras e regimes de trabalho; seguir atuando também em relação aos regulamentos locais;
 22. Discutir e contestar a concepção imposta pelas administrações do teletrabalho como um "favor"; defender que haja apoio e garantia dos meios e instrumentos de trabalho, independentemente do local da prestação de serviços, sem prejuízo da urgente reversão das recentes alterações unilaterais e abruptas;
 23. Respeito à jornada de trabalho; pagamento das horas extraordinárias;
 24. Que as metas/planos de trabalho sejam estabelecidos sempre em diálogo aberto com a categoria, e que sejam respeitada a jornada de trabalho e não haja exigência de metas superiores para o trabalho remoto;
 25. Campanha permanente por melhores condições de trabalho e vida mais digna e saudável para todos e todas diante do aumento da produtividade, retomando ainda a bandeira da redução da jornada sem redução salarial;
 26. Combater a política de gestão por metas do CNJ, que não leva em conta as cargas de trabalho, alimentam o assédio moral, punem e adoecem os servidores, e não asseguram um serviço público melhor;
 27. Defesa de mesas permanentes de negociação, para tratar de condições de trabalho e demais demandas cotidianas;
 28. Manter participação ativa nos comitês e demais instâncias dos tribunais que envolvam a organização do trabalho e os interesses dos servidores;
 29. Cobrar as administrações para que os impactos do processo eletrônico (PJE) não resultem na precarização das condições de trabalho e no adoecimento de servidores

- aprofundar o debate sobre o PJE;
30. Retomada da luta pela redução da jornada para 30 horas semanais, sem redução de salário nem de benefícios. A grande elevação da produtividade ao longo dos últimos anos tem intensificado o ritmo de trabalho e tido consequências para a saúde da categoria;
 31. Seguir cobrando dos tribunais a observância das normas de segurança e saúde no trabalho, incluindo a regularidade dos certificados de segurança dos prédios, ergonomia, exames periódicos e neutralização de agentes nocivos;
 32. Nem o teletrabalho nem os avanços tecnológicos e a informatização podem, em hipótese alguma, se constituir em mecanismos de aumento da exploração, precarização e uberização das relações de trabalho. Ao contrário, o aumento de produtividade e avanços tecnológicos da humanidade devem estar a serviço da ampliação de direitos e de melhores condições de trabalho e de vida para toda a classe trabalhadora;
 33. Impulsionar a retomada da luta por um plano de carreira que unifique e mobilize a categoria, valorize todos os cargos, corrija distorções e assegure meios para a evolução profissional; incluindo o resgate dos debates acumulados pelo Sintrajud no estado e nos fóruns da Fenajufe;
 34. Debater e defender soluções para valorizar e respeitar as atribuições e especificidades de cargos e áreas de atividade (técnicos, analistas, oficiais de justiça, agentes de segurança, tecnologia da informação, saúde e demais áreas administrativas) e corrigir distorções, com vistas a combater a terceirização e extinções pelas administrações ou por leis, regularizando previamente a situação dos servidores (as) que estão de fato atuando na área, com o reenquadramento;
 35. Defesa da retomada da sobreposição de tabelas/níveis e outras alternativas para a corrigir a distorção salarial em relação aos técnicos, no contexto do conjunto da carreira. através de uma diferenciação entre os steps, mantendo-se o índice dos reajustes para todos e todas;
 36. Retomar no contexto da carreira a discussão com a categoria sobre o papel, valores, quantidade e critérios para funções comissionadas e cargos em comissão;
 37. Defender o aumento dos valores e percentuais do adicional de qualificação; possibilitar a acumulação, e a contagem de horas fracionadas. Adicional de qualificação, seja ele qual for. Uma pós, mestrado ou doutorado tem impacto diferente na remuneração dos técnicos e de analistas. A base de incidência do adicional é o salário base, sendo que há diferenças entre os salários, apesar da dificuldade ser a mesma entre um colega técnico e analista ao cursar uma Pós. Uma baita injustiça! Assim, defendemos que o adicional de qualificação seja em cima da remuneração (e não só do SB) de último nível da carreira de um Oficial de Justiça, independente do cargo que ocupe a pessoa que fez os Cursos ou a Pós. como patamar mínimo;
 38. Pela valorização do vencimento básico, com incorporação da GAJ, sem prejuízo dos percentuais das demais gratificações sobre ele calculadas;
 39. Exigir o pagamento de todos os passivos, com transparência e sem favorecimento a magistrados;
 40. Defesa do direito à aposentadoria especial para os oficiais de justiça, agentes de segurança, e servidores com deficiência e expostos à insalubridade ou periculosidade, com integralidade e paridade;
 41. Concurso nacional e regionais de remoção, com direito à participação, com regras objetivas e transparentes;
 42. Contrariedade ao PL 9.609/2018 e outras propostas pela ampliação das atribuições dos oficiais de justiça, que tendem a aumentar as sobrecargas de trabalho e diluir as características do cargo facilitando projetos de extinção;

43. Defender a volta do cargo de Oficial de Justiça; combater o desvio de função e iniciativas que visem a extinção do cargo, como já aprovado em alguns tribunais de justiça com aval do CNJ;
44. Reajuste da IT conforme os reais custos de transporte e manutenção de veículo, com imediata equiparação ao valor praticado no STF. Lutar pelo reajuste anual da IT, inserindo no PCS por via legislativa, com imediata luta pela equiparação do valor da IT do STF, bem com o fim do relatório e pagamento da IT durante licenças e férias;
45. Pelo direito ao recebimento cumulativo da GAE com VPNI, que são parcelas de naturezas jurídicas eminentemente distintas e há muito tempo reconhecidas;
46. Defender que as aposentadorias incorporem a GAS;
47. Defender que em hipótese alguma o TAF (teste de aptidão física) ou procedimento equivalente seja condição para o recebimento da GAS; e que os treinamentos tenham caráter de formação e aperfeiçoamento, sem que sejam instrumento de assédio ou de retirada de direitos; defender política de formação continuada de acordo com as necessidades do trabalho, nunca como instrumento de assédio ou de retirada de direitos;
48. Por uma gestão democrática da política de segurança institucional dos tribunais, com a participação dos servidores do quadro; debater a regulamentação da polícia judicial com o segmento, de acordo com suas necessidades e demandas; combater a política de esvaziamento e extinção do cargo, bem como a terceirização e precarização da segurança nos tribunais;
49. Democratização e transparência no Judiciário – debater seu papel, seu funcionamento e combater privilégios. Democratização para dentro e para fora;
50. Defender a suspensão das propostas e projetos de reestruturação em curso nos Conselhos e Tribunais Superiores; que seja realizado amplo debate com a categoria, e que esse debate não seja realizado de forma apartada da carreira;
51. Na sequência da vitória da mobilização contra o fechamento da creche do TRT2 no fórum Ruy Barbosa, seguir a luta por flexibilização dos critérios de ingresso e pelo aumento da idade limite das crianças atendidas para ao menos 36 meses, e contra qualquer nova tentativa de desativá-la;
52. Combater na Justiça Federal a indevida "compensação" de horas da pandemia, para quem por qualquer razão foi impedido suas jornadas durante a suspensão do expediente presencial; "não demos causa à pandemia". Como consequência, defender a devolução de valores porventura já descontados, por exemplo no caso de colegas que se aposentaram nessa situação;
53. Combater a abrupta e unilateral mudança de horário de funcionamento das unidades na Justiça Federal. Debater com a categoria o horário de atendimento;
54. Seguir investindo na integração sociocultural da categoria por meio do sindicato;
55. Intervenção do sindicato, inclusive, mediante denúncia anônima, em locais de trabalho onde haja indícios de assédio moral e sexual. O sindicato, se acionado, deverá encaminhar comissão de representantes sindicais ao setor investigado, elaborar relatório com depoimentos de envolvidos e testemunhas e, ao final, se constatada infração, requerer abertura de processo administrativo, com auxílio do setor jurídico;
56. Pleiteamos a criação legal de custeio operacional do teletrabalho para todos os servidores do Judiciário Federal, com destinação de valor mensal e fornecimento de equipamentos;
57. Reativar o Núcleo dos APJ no Sintrajud objetivando amplitude de debates sobre a carreira e condições de trabalho; lutar Emenda Supressiva do §3º do Art. 17 da Lei 11.416/2006 visando permitir aposentadoria com a percepção da GAS e desvincular da TAF/TCF/PRA; Substituir o TAF/TCF em PSCF (Programa de Saúde e Condicionamento Físico); Garantir a instrumentalização para o exercício das atividades inerentes aos Agentes de Polícia com fornecimento de EPIs e demais ferramentas necessárias ao

efetivo desempenho com segurança física e psíquica dos servidores deste segmento; Lutar e encaminhar Projetos de Leis e implementar Emendas ao PL 2447/2022 necessárias a atingir os objetivos deste ramo especialmente o descrito no item 2 deste; Lutar por uma Polícia Judicial Antifascista com restrição de uso Político desta força policial para qualquer fim; Lutar pela percepção cumulativa da GAS com a verba destinada às chefias e direção, desde que vinculado ao exercício da função de Polícia Judicial e sua gestão, alterando o §2º do Art. 17 da Lei 11.416/2006;

IV) Resoluções sobre Desenvolvimento de Carreira e Política Salarial

1. Aprofundar a discussão sobre as gratificações;
2. Propomos que o Sintrajud se articule com a Fenajufe e demais entidades sindicais do país para avançar a luta pela data-base, assim como a regulamentação da negociação coletiva no PJU;
3. Sobre as “famigeradas” FCs e CJs e seus altos valores, não vamos nos demorar sobre o tema, já discutido em outros Congressos. Defendemos a redução dos cargos comissionados e funções de confiança, redistribuindo este valor a todos os servidores, uma vez que entendemos como um instrumento para o controle de servidores, e um plano de carreira que estabeleça critérios objetivos para o provimento de cargos de supervisão e chefia, bem como avaliação de 360 graus;
4. Terceirizações dos quadros de servidores do PJU e MPU: com a Emenda 95, intensificou-se a pressão para terceirização de atividades fins de servidores. Secretários de audiência, Oficiais Ad hoc, requisição de prefeituras e em especial, a Residência Jurídica, entre outros temas. Assim, defendemos a luta pela retomada das nomeações de servidores no TRT SP, TRF 3, TRE SP e Justiça Militar, articulando a luta para dentro do STF e do Parlamento. Em que pese sermos contra a terceirização não somos contra os trabalhadores terceirizados, pelo contrário, nos somamos a eles na luta por seus direitos. Também defendemos que a direção do sindicato atue no sentido de auxiliar os trabalhadores/ as terceirizados/as pelos seus direitos e contra as empresas. Junto com isso exigimos concurso público para preencher essas vagas;
5. Nível superior para Técnicos: propomos lutar pela improcedência da ADI 7338, de relatoria do Ministro Edson Fachin, pois inexistente inconstitucionalidade nos artigos 1º e 4º da Lei 14.456/2022, que estabelecem o nível superior como requisito de ingresso no cargo de técnico judiciário (NS), bem como pela volta da sobreposição dos salários através de uma diferenciação entre os steps, mantendo-se o índice de reajuste para todos e todas;
6. Polícia Judicial – os ataques de 8 de janeiro demonstraram a importância de uma Polícia Judicial forte e estruturada. Assim, propomos que o Sintrajud se some na luta e nos encaminhamentos aprovados no último Conapol, aproveitando o PL 2447 de 2022 para estruturar a carreira da Polícia Judiciária dentro da legislação brasileira;
7. Reforma administrativa/ tributária. Defendemos, ainda, a necessidade de lutarmos sem tréguas pelo arquivamento da PEC 32/ reforma administrativa apresentada por Bolsonaro e não aprovada graças à mobilização da articulação da Fenajufe junto com várias entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário, seja da União, Estados e Municípios;
8. Teletrabalho: defendemos um amplo debate na categoria com esclarecimentos sobre todos os aspectos, bem como a defesa de que, no mínimo, retome-se aos patamares pré pandêmicos em relação ao Teletrabalho; fim do adicional de produtividade para quem está em teletrabalho; segurança jurídica para os planos Homologados; e luta pelo pagamento dos instrumentos de trabalho pelos Tribunais; sempre articulados com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário e do MPU;

9. Política de monitoramento de rotatividade, a fim de apurar eventuais violações, como discriminação, assédio etc; e intervir, se for o caso;
10. Política de monitoramento da atuação dos setores de gestão de pessoas, de saúde, de psicologia, de assistência social e outros similares, bem como elaboração de relatórios periódicos sobre a atuação, a fim de apurar eventuais violações, como negligência diante de casos envolvendo pessoas vulneráveis, de convivência com prática de assédio moral e outras formas de abuso; e intervir, se for o caso;
11. Estudo sobre jornada de trabalho, sobretudo, teletrabalho, a fim de se precaver contra eventuais violações, como jornada excessiva de trabalho

V) Resoluções balanço e organização sindical

1. Promover estudos a fim de avaliar a viabilidade de implementar o seguinte: Que as falas não contempladas nos sorteios façam parte de um banco de manifestações público com acesso aos filiados, vinculados ao congresso como espaço ampliado de voz, mas não restritivo, podendo se tornar uma política permanente, cabendo definir sobre a publicidade e tempo (de publicidade), bem como tempo de vídeo/registro;
2. Proponho que o Sintrajud inicie em até 3 meses estudo com o propósito de oferecer à categoria alternativas de planos de saúde seja através de convênios com administradoras de planos de saúde, seja através de autogestão, seja através de parcerias com outros sindicatos. Proponho também que o Sintrajud faça convênios de academias;
3. Dar continuidade às negociações com TRE para a implantação do plano de saúde . Promover estudos de viabilidade dos servidores do TRE participarem do plano de saúde da justiça federal ou trabalhista;
4. Cobrar do TRE/SP um plano de saúde para seus funcionários e dependentes nos moldes dos outros tribunais nos moldes do TRE/RS;
5. Aprimorar a comunicação com os servidores não associados objetivando estreitar e dialogar fazendo a apresentação dos direitos da categoria, em especial das questões de opressão (racismo, assédio moral, assédio sexual, machismo, homofobia, condições de trabalho);
6. Que o Sintrajud encaminhe a discussão com equipe multidisciplinar para aprimorar o atendimento das demandas que carecem de acolhimento e acompanhamento (psicológico, especialmente nos casos de assédio moral) e dos casos com perícias médicas;
7. Retomada do estudo e tratativas junto às administrações visando a implantação de convênio médico no modelo de autogestão beneficiando ativos e inativos e pensionistas. Acrescento que tal modelo já existe em alguns tribunais do judiciário;
8. O que aconteceu dia 08/01/2023 é a melhor prova da necessidade de criação de um grupo de trabalho pela Fenajufe (a pedido do Sintrajud), que leve à cúpula do Poder Judiciário Federal às necessidades dos Agentes de Polícia Judicial para poderem cumprir com suas atribuições, levando-se em consideração efetivo, treinamento, capacitação, equipamento, valorização;
9. Que nos próximos Congressos do Sintrajud, tanto o “Caderno de Teses” quanto o “Formulário de Propostas de Resoluções” sejam enviados via e-mail com o máxima rapidez possível de antecedência a cada um dos inscritos, observadores e convidados;
10. Que a Fenajufe (a pedido do Sintrajud) em parceria com outras entidades, criem um grupo de trabalho sobre prevenção e combate ao assédio sexual, moral e outras formas de discriminação (como racismo, LGBTfobia, etc), para depois negociar com a cúpula do Poder Judiciário, principalmente com o CNJ, medidas práticas a serem adotadas;
11. Formar um grupo de trabalho diretoria - base para uma campanha permanente contra

o assédio moral. Ato em frente ao TRF3 para denunciar o assédio moral no tribunal, incluindo na denúncia os diretores e/ou chefes que são apontados como assediadores. Quem está a disposição deve ser lotado ou ter o direito de ficar em casa até a lotação;

12. Fazer acontecer uma gestão com trabalhadores da classe do judiciário federal numa criação nacional no plano de saúde específico unificado na classe com a agenda de luta da Fenajufe.